6 7

8

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55 56

57

58

59

60

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e quinze, na sala de reunião Luiz Cabral da Assembleia Legislativa da Bahia - Centro Administrativo da Bahia, com as presenças dos senhores membros do Conselho Estadual da Saúde: Ricardo Luiz Dias Mendonça - Presidente, Ângela Rosa Marques Reis, Célia Maria Alexandria de Oliveira, Déborah Dourado Lopes, Eliane Araújo Simões, Edson Morais de Oliveira, Fernando Antônio Duarte Dantas, Isadora Oliveira Maia, José Silvino Gonçalves dos Santos, Júlio César Vieira Braga, Lílian Fátima Barbosa Marinho, Luís Delfino Mota Lopes, Marcos Antonio Almeida Sampaio, Rosa Beatriz Graça Marinho, Sílvio Roberto dos Anjos e Silva, Walney Magno de Souza (Conselheiros Titulares). Antônio do Lago de Souza, Antônio Marcos Almeida Sampaio, Célia Silva Pereira, Gislene Villas Boas Torres da Silva, Ivonildo Dourado Bastos, Jair Alves dos Santos, Lázaro Ribeiro de Souza, Leonídia Laranjeira Fernandes, Lourani Maria Carneiro, Maeli Gomes de Oliveira, Maria do Carmo Brito de Morais, Maria Helena Ramos Belos, Paulo Sérgio Pereira Costa, Raul Moreira Molina Barrios, Waldir Cerqueira dos Santos (Conselheiros Suplentes), e Arão Capinam de Oliveira para a reunião do CES/BA. Às catorze horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente saudou a todos, informou que já tinha quórum, e colocou a ata da 16ª Reunião Extraordinária do CES para apreciação, que foi aprovada à unanimidade. Em virtude da realização da Conferência Estadual de Saúde, propôs que a reunião ordinária do conselho fosse realizada no dia 15 de outubro, segunda quintafeira, após o feriado. Aprovada a proposta, informou que estaria encaminhando a pauta para todos os conselheiros. Solicitou que os informes fossem suprimidos em virtude da pauta. Convidou a Sra. Célia Silva Ferreira para compor o Conselho Estadual de Saúde/CES, como representante suplente, mas a mesma não se encontrava no pleno. Convidou a Sra. Rosa Beatriz Graça Marinho para compor o Conselho Estadual de Saúde, como representante suplente do Fórum de Entidades e Patologia, através do Grupo de Apoio e Atenção a AIDS, em substituição à Mariana Cotrin; e o Sr. Raul Moreira Molina Barrios, para compor o Conselho Estadual de Saúde/CES como representante suplente do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde da Bahia/COSEMS, em substituição à Jaqueline Silva do Bomfin. Propôs ao pleno não discutir as comunicações da SESAB naquele momento devido à maioria dos conselheiros estarem trabalhando na Conferência Estadual de Saúde, e provavelmente não ter se atido às discussões dos convênios. Proposta aprovada informou ainda que a pauta seguinte da reunião era sobre os Consórcios Regionais de Saúde. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos colocou que os últimos dias que faltavam para a Conferência Estadual de Saúde, e diante de algumas decisões a serem tomadas, propunha ao pleno que se fizesse uma inversão de pauta colocando a questão da conferência em primeiro plano, e os outros pontos fossem seguidos no seu curso normal. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos declarou concordar com a proposição do Conselheiro Silvino, não somente dentro de um processo de inversão de pauta, mas a pauta como um todo, considerando que a questão, por exemplo, dos consórcios era uma pauta para dirimir algumas dúvidas encaminhadas pelos conselheiros, fruto da apresentação na reunião anterior, e também a eleição de uma comissão paritária para viagem à Fortaleza no Ceará, para conhecer in loco a experiência dos consórcios que foram implantados naquele estado. "Isso é o que queríamos aqui propor à mesa, não só a questão da inversão da pauta, mas que focássemos como eixo primordial, até porque foi decisão da Mesa Diretora na sua última reunião, a apresentação do Plano Plurianual (PPA) e também a questão da Conferência que está muito próxima a ser realizada, e as reuniões da Comissão Organizadora têm sinalizado que tem algumas questões que precisam ser resolvidas o quanto antes, para que não chegue ao ponto da conferência e ainda tenha problemas a serem solucionados." Reiterou que fosse tratado efetivamente da Conferência Estadual de Saúde e também da apresentação do PPA ao Conselho Estadual de Saúde. O Conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas propôs se discutir antes da conferência, a questão da regionalização, uma vez que havia ali uma plateia esperando essa discussão, e se fosse jogada para depois haveria um esvaziamento do plenário. Entretanto, seria bom senso fazer primeiro a discussão da regionalização logo após a conferência que também não poderia ser uma discussão esvaziada, e daí em diante se seguiria a pauta normal. Seria privilegiar as pessoas que se encontravam ali para falar sobre regionalização, prioritariamente a questão da conferência que estava às portas e era sabido que tinham muitos problemas a serem resolvidos. Primeiro ponto regionalização, seguido da conferência e depois se seguia os trâmites normais. O Conselheiro Raul Molina Moreira Barrios saudou a todos e declarou seu prazer em estar voltando ao conselho pela terceira vez, e na última vez ficando no lugar da presidente do COSEMS, Sra. Stela. Comentou que tinha uma proposta que iria também por esse rumo, mas como uma coisa um pouco mais clara. O tempo que tinham não era suficiente para discutir, além de regionalização, a conferência. Concordava plenamente, até por uma questão de respeito às pessoas que ali estavam que se discutisse a pauta sobre regionalização primeiro, a inversão de pauta para se tratar da conferência depois, e se o Conselheiro Ivonildo permitisse,

se colocaria o PPA distribuído como apresentado, porque era uma coisa que teriam que levar para casa, fazer o dever de casa, olhar, depois voltar e discutir, não poderiam passar por passar. Colocou que a questão do consórcio também ia de encontro àquilo que já tinham, até concordava com a comissão, era uma coisa rápida que poderia ser criada, não havia problema. Porém, com relação ao PPA, somente a apresentação sem discussão era melhor de que se dar por apresentado, distribuído e depois se discutir, uma vez que não tinham tempo para tal. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos comentou que na reunião da Mesa Diretora não havia sido pontuada a pauta sobre a regionalização. Esse ponto havia surgido em uma reunião da comissão, que foi proposto e colocado como apresentação. Nesse sentido, a gestão concordava com a apresentação da regionalização, a exemplo do que havia proposto o Conselheiro Raul Molina sobre a apresentação do PPA, e que efetivamente nessa reunião fossem discutidos e aprofundados os problemas, buscando solução da Conferência Estadual de Saúde. Lembrou ao Conselheiro Raul que o PPA foi repassado ao Conselho Estadual de Saúde há dez dias, para que os conselheiros tomassem conhecimento e pudessem propor dentro do mesmo. Comentou que não havia recebido a apresentação da regionalização e gostaria de saber se os demais conselheiros haviam recebido e quando foi recebido. Salientou que a gestão não era contra a apresentação da regionalização, pelo contrário, pensava que deveria ser apresentada, mas que se pautasse, como propôs o conselheiro Silvino, na Conferência Estadual de Saúde. Que fosse apresentado o PPA, a regionalização, não importando se o PPA viesse antes ou depois, poderia apresentar a regionalização primeiro, depois o PPA e no final se debruçassem sobre a Conferência Estadual de Saúde. Colocou a importância da Mesa Diretora se atentar sobre essas questões, até para que regimentalmente não ferissem o que determinava o regimento do próprio conselho. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio declarou concordar com a proposta do Conselheiro Fernando, destacando que os conselheiros haviam recebido a apresentação, conforme o regimento, para uma extraordinária. "Queria saber se o entendimento do Conselheiro Raul é o entendimento que me veio à mente, porque não compreendi muito a proposta que ele colocou, se é retirar o PPA da pauta, é isso que ele está dizendo? Bom seria deixar bem nítido aqui o que estamos querendo colocar, porque, distribuir e dar como apresentado, tenho um sentimento de que devemos colocar as propostas da conferência também no PPA, e se a proposta dele é nesse sentido, queria comungar com a proposta dele, da retirada do PPA, já que ele está colocando isso. Retira o PPA e se discutiria na próxima reunião. Penso que foi isso que entendi e queria saber se foi isso o que o Conselheiro Raul colocou." O Conselheiro Raul Molina Moreira Barrios declarou que estavam falando quase a mesma coisa, apenas estava querendo que fosse explicado, que na reunião do conselho foi distribuído, bem diferente de que alguém tenha recebido e outras pessoas não terem recebido. Pensava que isso contemplaria também a gestão, porque se daria por apresentado, por distribuído, e levaria todas as contribuições da Conferência. O Senhor Presidente comunicou que a mesa iria encaminhar uma proposta do Conselheiro Silvino. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos informou que não havia divergência, a gestão não era contrária a apresentação da regionalização, mas defendia que fosse apresentada nos moldes que propôs o Conselheiro Raul. Apresentasse o PPA, o que era diferente de se deliberar qualquer coisa sobre o plano, mas que se apresentasse, e se desse tempo, que o conselho de debruçasse e propusesse alterações a esse PPA, inclusive pós-conferência. Disse que não via dificuldades ao que estava se propondo, até porque não tinha divergência. O Senhor Presidente colocou que a mesa iria direcionar. Entendia a palavra do Conselheiro Ivonildo referente à gestão. Perguntou se o Conselheiro Silvino retirava a sua proposta. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos respondeu que retiraria da seguinte forma: em primeiro lugar a regionalização e em segundo lugar a conferência. O Senhor Presidente perguntou se os conselheiros aprovavam a proposta do Conselheiro Silvino. O conselheiro Ivonildo Dourado Bastos disse que concordava, contanto que a mesa garantisse que a apresentação sobre o PPA fosse feita. O Conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva colocou que estava querendo falar e sua palavra estava sendo cassada. A Conselheira Isadora Oliveira Maia informou que teriam que deixar aquele local às 17 horas e 30 minutos e não às 18 horas, porque o local seria fechado às 17 horas e 30 minutos. Portanto, teria que se decidir o que seria feito naquele momento, se iria deliberar ou não, se o Conselheiro Silvino retirava ou não sua proposta. "Silvino apoia a proposta de Fernando, pronto! Não vai ser retirado nada." O Senhor Presidente convidou o Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva para fazer a apresentação sobre o processo de regionalização, que informou que a apresentação seria feita pela colega Simone, porque foi uma deliberação da comissão e tinham autonomia para tal feito. Disse que foi uma decisão tomada por ele, Marcos e Célia. O Senhor Presidente declarou que na sexta-feira isso não havia chegado para ele quando haviam discutido que seria uma pessoa a apresentar a regionalização. "Chegou aqui você e o Conselheiro Marcos e você nos garantiu que faria a apresentação. Vamos tocar a vida como ela é, porque aí também nos seria um desgaste." A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira declarou que como coordenadora da Comissão de Regionalização teve realmente uma reunião na sexta-feira, onde ficou acordado entre os membros que apresentaram ao conselho, que o Conselheiro Sílvio seria a pessoa que iria apresentar ali por eles. "Eles delegaram essa tarefa." Disse ainda, que na segunda-feira havia

61

62

63

64

65

66 67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112 113

114

115

116

117

118

119

encaminhado enquanto coordenação para todos os conselheiros, aquele projeto. O Conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva colocou que a apresentação foi uma posição que haviam tomado e não via nenhum problema nisso, uma vez que queriam contemplar a pessoa que havia participado diretamente da construção daquela proposta. E enquanto conselheiro, não via nada de mais que um colega trabalhador apresentasse uma proposta. Não havia nenhuma imposição que tivesse que ser conselheiro a apresentar qualquer proposta. "Entendeu, Simone? Todo esforço foi feito aqui, mas, regimentalmente, aliás, não sei se regimentalmente, vem essa imposição." Colocou que a proposta a ser apresentada, de maneira alguma buscava confrontar com o que já havia sido proposto pela gestão, confrontar com possíveis estudos de outros trabalhadores de Diretorias Regionais de Saúde, mas era uma proposta para contribuir com a construção do processo de regionalização no estado da Bahia. Entretanto, confrontava com a forma como foi iniciado o processo da regionalização, que foi abruptamente, através de uma lei que se extinguiu as Diretorias Regionais de Saúde e criaram-se nove núcleos sem um processo de discussão com os trabalhadores, com o Conselho Estadual, com todas as suas representações. Nisso aí havia realmente um confronto, mas essa proposta vinha no sentido de contribuir nessa construção, que era o processo de regionalização. Então, ela estava aberta a todas as considerações possíveis que viessem a contribuir com esse processo, porque era isso que queriam. Fez a apresentação, que foi enviada por e-mail a todos os conselheiros. A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira colocou que era coordenadora da Comissão de Regionalização e em vários momentos o Conselheiro Sílvio se esquecia disso. Por isso havia se levantado, para que todos ali soubessem que existia uma mulher nessa comissão, e não somente os dois companheiros. Uma mulher que saudava, confraternizava e solidarizava com todos os trabalhadores e trabalhadoras ali presentes, até porque no CES representava o segmento de trabalhadores e trabalhadoras. "Lutadores e lutadoras, estamos com vocês, não somente essa comissão, mas todo o conselho esteve empenhado em trazer, pautar e discutir essa questão com todos." Fez a leitura das Resoluções do pleno para a Comissão de Regionalização. 1ª Resolução: produção pelo CES via Comissão de Regionalização de uma proposta para ser apresentada antes da Conferência Estadual de Saúde sobre um modelo de descentralização. Foi cumprido isso, que foi o definido pelo pleno, levando inclusive a participação de todos ali. Disse que a comissão havia adotado o que foi apresentado ali como uma coisa da mesma, para que o pleno e a gestão apreciassem. 2º: ampliar e formalizar a participação de usuários, trabalhadores acadêmicos, técnicos da SESAB, Escola de Saúde Pública e universidades, para subsidiar a Comissão de Regionalização do CES para o estudo da Política de Regionalização. "Fizemos isso, inclusive a comissão fez duas reuniões que antecederam a esse momento, ouvindo inclusive a Samanta, Simone e Mônica que estiveram conosco várias vezes. Essa decisão do pleno foi plenamente atendida. Ou seja, estamos efetivando nesse processo, a democracia com trabalhadores e trabalhadoras envolvidos. Porém, tem algo que não conseguimos fazer por conta da conferência, que é a realização de três encontros temáticos na finalidade de discussão da Política de Regionalização, Rede de Atenção, Vigilância e Consórcios Regionais de Saúde. Acredito que se tivéssemos tido tempo para isso, esse momento aqui seria muito rico e esse documento não precisaria ser postergado para ser visto depois, porque ele já estaria exatamente nesses três momentos com a participação de todos." Disse que a proposta era que após a conferência esses encontros temáticos fossem realizados, pois assim estaria sendo visto com muita atenção, pois havia lido com muito cuidado esse modelo, era muito bom. "Vocês estão de parabéns, assisti inclusive o Cássio dizer que a gestão tem muito mais confluência, aceitação, do que divergência, e se colocou em uma atitude de aproximação. Gostaria que depois ele falasse o nome da gestão, e isso é um processo." Solicitou que fosse criada uma comissão de consórcios, acoplada à Comissão de Regionalização. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio parabenizou o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que haviam se debruçado para discutir a regionalização e o processo de desconcentração do estado da Bahia, nascendo com isso essa proposta. Sinalizou para o conjunto dos trabalhadores que, no seu entendimento era uma proposta inicial que necessitaria ainda de uma discussão ampla, não somente com o conjunto de trabalhadores, e não poderia somente ter a ideia de que a desconcentração e regionalização atenderiam somente os anseios dos trabalhadores, mas, estaria sendo discutido com os trabalhadores, com os usuários que eram as pessoas que iriam se beneficiar com o resultado também desse processo. "E tenho dito: quando tenho sentado com algumas pessoas, como Simone, Orlando e outras pessoas da comissão, de que hoje estamos inaugurando um momento novo aqui nesse conselho, a respeito da discussão da regionalização. Começamos discutindo, só que houve a extinção, e depois entramos na discussão dos prejuízos. E ficamos no diagnóstico, afirmando que não era um modelo ideal para ninguém, que não atendia a ninguém, mas hoje conseguimos ter uma proposta inicial, para que de fato comecemos a visualizar esse processo de outra forma. Da necessidade de irmos além do diagnóstico, de irmos além de afirmar que a proposta que está não nos contempla, mas tem o esqueleto para discutirmos qual o modelo de regionalização, qual o modelo de desconcentração que será bom para a Bahia." Disse que havia se sentido um pouco contemplado nesse aspecto. Entendia que seria preciso mais discussões e mais negociação. Esse era um processo de negociação, não somente envolvendo o conselho, a gestão, mas um

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144 145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

processo onde ninguém entraria numa discussão sem saber o que estava querendo e sem saber qual a ideia inicial. Parabenizou o conselho, pois havia acolhido a proposta e escutado os trabalhadores. Disse ainda que a gestão só tinha a ganhar se inaugurasse o que foi colocado por Cássio naquela mesa. "É que agora vai nascer um processo de discussão. Esperamos que todo esse tempo que foi perdido seja recuperado. Estamos vencendo esse processo e deixando um pouco para trás a ideia de quem extinguiu ou quem foi o autor daquele projeto que pegou todos de surpresa. Então, nesse momento a gestão está tendo a oportunidade de assumir uma proposta aqui, que se for melhor trabalhada vai atender o anseio de todos, mas também estará dando uma sensação de compromisso e de que está disposta a inaugurar um processo de diálogo no estado da Bahia." Esperava que na conferência pudesse ser validado, para que esse projeto já pudesse fazer parte do PPA e dos futuros instrumentos que norteariam a política de saúde do estado da Bahia. O Conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva mostrou um material que entregaria à mesa para ver quanto havia uma participação, e houve, tanto da Comissão de Regionalização nos eventos de regionalização quanto nas Conferências Municipais de Saúde. Disse que se tratava de um rol de conferências, moção de apoio oriundas das conferência da região de Itapetinga às Diretorias Regionais de Saúde, para serem colocadas na Conferência Estadual de Saúde. O Senhor Presidente informou que no dia seguinte na comissão de organização passaria à relatora geral toda aquela documentação de moções. Parabenizou a Comissão de Regionalização, às Sras. Simone, Mônica e o Sr. Orlando, pois haviam contribuído bastante naquele documento, e outros que estavam sempre no conselho, utilizando o espaco, mas também discutindo aquele documento produzido ali que somava à discussão, pois além da conferência haveria uma discussão muito mais árdua, para que fosse implantada a regionalização no estado da Bahia. Registrou a presença da Defensora Pública, Paula Pereira e do ex-conselheiro, Moisés, sinalizando que o último estaria na conferência e seria bem vindo. Deu prosseguimento à pauta entrando na discussão da 9ª Conferência Estadual de Saúde. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos propôs que não houvesse abertura de falas, e como seria somente uma apresentação rápida, que fosse feita logo a apresentação do PPA. Declarou que fosse estabelecida uma relação de respeito entre os pares, e que cada um respeitasse a palavra e a fala do outro. Foi proposto e a gestão havia concordado com todo um processo de inversão de pauta, não colocando empecilho algum na apresentação da pauta da regionalização. Era sabido que a pauta da conferência era longa, extensa, que iria dar um tempo muito grande. Então, propunha 10 a 15 minutos para a apresentação do PPA sem abertura para falas efetivamente, de modo que ganhassem tempo para contribuição posterior dos conselheiros. Disse que havia concordado com a inclusão de um ponto de pauta que não foi decidido pela mesa diretora, por entender da importância. Depois havia concordado com a inversão de pauta, querendo assim utilizar de um bom senso, mas se o coletivo entendesse que não havia condições, a gestão se pautaria dali em diante de forma regimental. A Conselheira Isadora Oliveira Maia colocou que haviam começado falando da pauta e consensuando como seria, portanto, não teria como voltar o mesmo tema. O Senhor Presidente informou que havia feito um check list e alguns documentos para a apresentação, e estava aguardando chegar a conferência, a estrutura e a planta da conferência para todos os conselheiros. De posse desse material, comunicou que a 9ª Conferência Estadual de Saúde aconteceria entre 06 e 08 de outubro no SENAI/CIMATEC. Expôs minuciosamente o organograma do projeto, a planta do SENAI/CIMATEC, destacando que cada espaço seria ocupado, como por exemplo, os galpões e as tendas. Comentou a dedicação da Comissão Organizadora, onde seria preciso outros conselheiros para participar. Falou também da responsabilidade em se fazer um evento desse porte, da necessidade de divisão de tarefas, principalmente porque iriam receber pessoas do interior, da questão do acolhimento que fariam, e da importância da participação de todos na conferência, porque as pessoas fizeram as suas conferências nos 417 municípios e estavam acreditando muito no Conselho Estadual de Saúde. Convocou os conselheiros a participarem da última Reunião Ordinária da Comissão de Organização no dia seguinte, onde seriam definidas tarefas. Informou também que toda a parte de logística já estava sendo montada naquele dia no CIMATEC, e no dia seguinte faria uma visita, a fim de ver toda a situação e acompanhar naquele final de semana. Citou a Comissão de Relatoria, Comunicação e Mobilização, Educação Popular e Comissão Científica, em que passaria a palavra aos conselheiros de cada comissão, para que dessem os seus informes em três minutos. A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira colocou que a Comissão de Educação Popular e Cultura seria um dos momentos mais ricos da conferência, pois estava embasada na metodologia de Paulo Freire, e inclusive havia sido apresentada em conferências anteriores com muito sucesso. A comissão infelizmente não pode atender plenamente a tudo que foi planejado, um exemplo disso foi a Feira Solidária Popular, que tinha na sua constituição 15 tendas denominadas de tendinhas, o capital simbólico da feira, que seriam ocupadas pelos mais diferentes movimentos e organizações populares. Não sendo possível uma tenda maior, as 15 tendinhas estavam sendo acolhidas pela Tenda Maria Felipa, mas isso não importava, o importante era a força viva desses movimentos. As pessoas estavam se inscrevendo para participar dessas tendinhas, o conselho havia tornado isso público a todo movimento popular que quisesse participar, e seria obedecida a ordem de chegada de solicitações. Essa

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

comissão também estaria participando do acolhimento junto com os organizadores da conferência, era um grupo muito grande que já estava sendo treinado para fazer esse acolhimento de forma mais humanizada, se colocando no lugar do outro para deixar os participantes mais relaxados e tranquilos para os seus debates. Seria também um espaço para o cuidado, com pessoas, práticas integrativas, alternativas inclusive, pois tudo o que fosse pensado nessa comissão teria como eixo o popular, a forma como o povo se organizava para pensar a saúde, apresentar suas práticas de saúde e como se contrapunham de forma científica, oficial, da medicina e desse curar biomédico. Citou a praça, onde estariam reunidos discutindo, mas infelizmente não havia conseguido o espaço e ainda assim construiriam as itinerâncias. A grande tenda com suas tendinhas seria um momento de confraternização política solidária muito grande, em que um movimento estaria dialogando com o outro naquele mesmo espaço, onde uma pessoa que estivesse com AIDS estaria convivendo com o movimento feminista, idosos, juventude, e assim por diante. Sendo assim, isso seria muito importante e esperava que todos estivessem lá com o mesmo entusiasmo da comissão. O Conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas perguntou qual o prazo para que as tendinhas pudessem ser montadas. A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira respondeu que a empresa Pau Viola estava responsável pela montagem das tendinhas. Os movimentos somente solicitavam a participação, e o prazo era até o dia 30/09/2015. Informou também que havia encaminhado o documento orientador feito por ela a todos os conselheiros solicitando que todos divulgassem e também fizessem as suas apresentações, a ponto de atender alguns movimentos que não estavam representados no conselho. Inclusive o pessoal da Saúde Mental era de fora, todos foram ao conselho pedindo explicações e foram atendidos na medida do possível, chegando a ligar para muitos conselheiros. O Conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas perguntou se já tinha dimensão, se estava toda completa ou se estava faltando, pois se fosse o caso sugeria a extensão do prazo até o dia seguinte para complementar a tenda como um todo. Sua sugestão foi acatada. O Conselheiro Antonio Marcos Almeida Sampaio informou sobre a comissão de mobilização, em que primeiro havia realizado uma reunião no SECOM junto com a ASCOM/SESAB, a empresa Pau Viola garantiu a questão da acessibilidade, o que tinha sido acompanhado de perto pela comissão por questão de garantia sobre a questão das discussões do CIMATEC referente às extinções das dependências por conta da prioridade da participação popular, uma vez que algumas coisas eram proibidas lá dentro. Solicitou que os conselheiros participassem das reuniões da comissão devido à proximidade do tempo para a conferência, chegar até mesmo para o pessoal do conselho e ver o que estava faltando para que pudessem estar contribuindo devido à quantidade de demandas. Tinha a questão do acolhimento que poderia ser feito pelos estudantes ou o pessoal da empresa Pau Viola, mas tinha que ter alguém do conselho acompanhando. Infelizmente o presidente não teria como acompanhar sozinho, os conselheiros que já estavam supridos de demandas também não, portanto, solicitava aos demais conselheiros que participassem desse momento, pois não era um momento só de Ricardo, Isadora, Marcos, mas de todo o conselho dentro da prioridade de representação. Era importante estar puxando a orelha dos componentes da comissão, para que estivesse fazendo o dever de casa. Solicitou que fossem utilizados os instrumentos de comunicação da conferência, mesmo porque não tiveram TV nem rádio para estar divulgando, mas que devessem fazer uso da internet, através do Facebook e Twiter para fazer essa divulgação. A Conselheira Isadora Oliveira Maia enfatizou que dentro do CIMATEC os espaços estariam divididos, existiriam espaços onde seriam proibido fumar devido ao uso de material inflamável lá existente e os espaços que não poderiam ser transitados, como os espaços de Ciência e Tecnologia. Portanto, seria preciso uma atenção junto com a empresa Pau Viola para ver se estavam colocando isso bem sinalizado para o entendimento de todos. O Conselheiro Lázaro Ribeiro de Souza colocou que a Coordenação da Comissão Cientifica não teria muito para falar, no sentido de que foi uma novidade para o próprio conselho trabalhar nessa conferência como comissão, em que o seu papel era pouco conhecido, bem como as dificuldades sobre a questão de discutir métodos e linguagens. Sabendo dessa dificuldade, pensar o movimento social também com um olhar mais técnico, não querendo trazer o estigma do cientificismo para a discussão social. Declarou a importância de se discutir métodos de forma democrática, a sua atribuição era levar os palestrantes para discutir os eixos, que para os municípios eram complexos, mas acreditava que havia conseguido desdobrar tudo e graças a Deus estavam chegando ao final da reta. "Vamos pensar que o conhecimento técnico é muito importante na luta social." Destacou que seria interessante usar as mesmas linguagens e começar a usar dos mesmos mecanismos e instrumentos, da forma de olhar para poderem dialogar em pé de igualdade, sem restrições, porque o movimento social tinha que ser sempre aquele movimento voluntarioso e não sistemático, de discutir propostas e propor modelos de gestão num olhar mais técnico. Disse que a idéia não foi levar a Comissão Científica para desmerecer as outras conferências, mas, de forma inédita trazer outro caminho que validasse todo o produto final da 9ª Conferência Estadual de Saúde, pois acreditava que daria um passo de qualidade muito importante, o pós-conferência. Era o histórico de fazer várias conferências em um momento de contexto importante que tinha grandes desafios para o SUS, que a sociedade precisava construir a saída, o movimento social teria um papel de protagonismo e não somente de ficar olhando,

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

batendo cabeça sem saber qual caminho seguir. Então, acreditava que o movimento social vinha se organizando e se preparando para discutir qualquer nível em qualquer situação e estar sempre nesse viés de protagonismo. Declarou sua fé na 9ª CONFERES, mesmo diante de um contexto difícil em que o Sistema Único de Saúde estava enfrentando, mas via que cada vez mais o conselho tinha se preparado para essas batalhas e embates que teriam pela frente. A Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho comentou que a relatoria carinhosamente chamada de ralatoria, trabalhava desde o dia 12 de agosto incessantemente. Explicou que relatoria trabalhava antes, durante e depois, e dos municípios havia chegado seis mil novecentos e cinquenta propostas que numa primeira etapa de análise havia passado para mil trezentos e vinte, e numa segunda etapa de agrupamento passaram a quatrocentos e cinquenta, com muitas dificuldades. Não iria relatar as dificuldades, porque o importante era que tinham um caderno. Vinha tentando tranquilizar a relatoria dizendo que tinha o relatório possível. Após enviarem para a gráfica, porque precisava, devido ao tempo para a editoração, foram descobertas algumas falhas previsíveis quando foram conferir e verificar, e iriam preparar uma errata por algumas coisas que havia escapado, mas o quadro era aquele. Comentou que no conjunto de propostas por eixo, que inclusive a Conselheira Déborah havia analisado sozinha mais de mil propostas do eixo de financiamento, sendo mil duzentas e sessenta propostas. Óbvio que esse conjunto de propostas foi o eixo que ficou com maior número de propostas, cento e trina e nove. Já dava para fazer uma leitura muito apressada e ligeira, o que refletia a demanda do eixo das questões de financiamento. Destacou que também teve o menor eixo que ao agregar ficaram vinte e duas propostas, que foi o eixo da Ciência e Tecnologia, o que referia a dificuldade que o conjunto dos municípios tiveram de entender esse eixo, até mesmo porque uma avaliação que fazia era que o documento orientador oriundo da Nacional e não tendo na Estadual tinha questões muito falhas. Era o reflexo disso e era com isso que iriam lidar. Ressaltou que tinha vindo dos municípios mil trezentas e doze diretrizes que quando agrupadas ficou uma por eixo, oito diretrizes. A diretriz política era aquela que como o nome dizia, direcionava politicamente o que a conferência queria, e as propostas tinham que estar em consonância com as diretrizes. "O que aconteceu? Porque viraram oito, uma por eixo? Por quê? Não foram enviadas as diretrizes estaduais, todas as conferências municipais que mandaram as diretrizes enviaram as que estão no PPA Nacional. Então, era uma repetição, quando íamos lendo só ia repetindo, então, fizemos uma agregação." Comentou que a única conferência que havia tido modificações das diretrizes foi a Conferência Municipal de Salvador, ainda assim, na perspectiva nacional. E a relatoria tinha chamado a atenção, a Comissão Organizadora, de que não havia diretrizes estaduais. Frisou a importância em se deixar isso bem claro. Colocou que estaria com uma equipe de 80 pessoas indicadas pela relatoria, participando da relatoria para dar cobertura a vinte grupos de trabalho, cujos eixos foram agrupados por conta de números de propostas. Por exemplo, o eixo do financiamento ficaria sozinho, discutindo o eixo transversal que era a Reforma Democrática Popular do Estado. Todos os outros eixos discutiriam dois eixos e um terceiro que era a Reforma Democrática Popular do Estado, que era o eixo que estava apenas com vinte propostas, porque todas elas eram nacionais. Esse era o quadro. A Conselheira Isadora Oliveira Maia destacou a importância de todos se debruçarem no PPA, uma vez que este já estava configurado pela gestão, mas o conselho melhorava e construía a conferência. Sugeriu que todos os conselheiros que tivessem acesso ao PPA dessem uma olhada. O Senhor Presidente informou que no dia seguinte haveria o processo licitatório para a questão dos hotéis, e na reunião da Comissão Organizadora já sairia o resultado dos hotéis e empresas de transporte que estaria dando suporte aos delegados da 9ª Conferência Estadual de Saúde. Declarou que estava assegurado para todos os usuários e trabalhadores dos 416 municípios do estado da Bahia, hospedagem e alimentação. Os delegados do município de Salvador não teriam direito à hospedagem e os gestores teriam direito ao traslado do hotel para o CIMATEC e à alimentação. Informou ainda que a Comissão Organizadora havia liberado para que se fizesse o credenciamento prévio no hotel, porque todos os delegados já poderiam ter acesso aos hotéis no dia 05 a partir das 14 horas, e a saída do hotel seria na sexta-feira até às 12 horas. Ou seja, a conferência terminaria no dia 08, mas os delegados poderiam ficar até sexta-feira, dia 09, até às 12 horas. Disse que encaminharia a programação depois de terminados os ajustes, pois houve uma alteração, pois o Ministro da Presidência das Relações Institucionais estaria presente na 9ª CONFERES, na mesa de abertura, motivo dos ajustes na programação que deveria ser finalizada no dia seguinte e encaminhada para todos os conselheiros. Comunicou que a Comissão Organizadora havia deliberado no dia anterior, que cada conselheiro titular teria direito a indicar um convidado. Reforçou o convite aos conselheiros para participar da reunião da Comissão Organizadora no dia seguinte, às 14 horas, no Ed. Capemi, Iguatemi, nova sede do CES. Ressaltou que o regulamento estaria aberto até às 23 horas e cinquenta e nove minutos do dia 30, para consulta. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio destacou que o pleno havia aberto mão dos informes, mas teria que pontuar: iria participar de uma conferência em que o ministro havia sido demitido por telefone; a saúde do Brasil estava fragilizada e havia um clima tenso no país. Chamava a atenção de todos, pois enquanto CES deveriam se proteger, e a conferência seria em um local, onde também estava havendo um

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

esforço de negociar tanto com a gestão quanto com a administração dos locais para algumas questões que poderiam impedir a participação social. Seria preciso deixar isso claro, para que os representantes do controle social não fossem taxados de contribuir para que as pessoas não entrassem no local. Ressaltou que no CIMATEC havia restrição quanto às vestimentas das pessoas, e seria preciso dialogar, pois havia os índios que poderiam ter dificuldades em entrar no local da conferência. Não seria permitido que recaíssem sobre o CES algumas questões que fugiam à sua ossada. Nem todas as pessoas que chegassem ao local poderia ter acesso. Enfrentariam essa dificuldade. Demonstrava sua preocupação para que a gestão e o CIMATEC fossem sensíveis à participação das pessoas, mas que também as pessoas entendessem que o Conselho Estadual de Saúde estava fazendo o possível para que a conferência acontecesse, para que a Bahia tivesse propostas e os conselheiros, uma boa herança. A Conselheira Déborah Dourado Lopes declarou que como membro da Comissão de Relatoria registrava o trabalho e reconhecia que em determinados momentos os atritos eram normais, todos estavam estressados, era uma comissão que tinha jovens meninas, mas várias senhoras também, e era um trabalho quase desumano. Quando havia colocado a sua experiência, em que havia contado com assessoria, consultoria, cooperação em momentos passados, tanto no conselho municipal quanto no CES, foi no sentido de que poderiam também, se tivessem outra estrutura, ter pedido aquela ajuda, porque basicamente as pessoas tinham feito dentro do seu cotidiano com outras atividades. Então, era realmente um trabalho desumano, a coordenadora Lílian Fátima e a Sra. Gladys estavam de parabéns, duas mulheres retadas, de força, luta e coragem para dar conta de um trabalho que realmente, respeitando todas as outras comissões era muito meticuloso. Informou que a Comissão Organizadora vinha se reunindo exaustivamente nos últimos tempos com duas a três reuniões semanais e tinham tentado dar conta de uma realidade difícil, porque a conferência, embora tivesse um êxito de ter conseguido ser realizada nos 417 municípios tiveram dificuldades quanto ao deslanchamento da gestão, que tinha demorado muito para que chegasse aquele direcionamento, até que o Dr. Fernando Daltro assumiu e as coisas começaram a andar com suavidade. Obviamente que não iria ser a conferência dos desejos, não seria no local esperado, era um local delicado, achava importante o que o Conselheiro Marcos Antonio havia colocado, tinha que ter cuidado, porque tinha material inflamável, tinha que ser sinalizado o tempo todo que seria proibido fumar, a livre circulação estava garantida pelas pessoas nas áreas dos stands, não nos grupos de trabalho, mas aquela questão de tudo o que ele tinha colocado foi apresentada por Tiago e a Comissão de Relatoria, tudo que tinha sido apresentado foi acordado e consolidado. Não havia sido acordada ainda a questão das vestimentas, mas pelo fato de se tratar da última reunião antes da conferência queria parabenizar o CES, a seriedade das pessoas e chamar a atenção dos conselheiros. Disse que a Comissão Organizadora estaria de plantão, com dedicação exclusiva durante os dois dias. Convocou os conselheiros que haviam dado os seus nomes e não compareceram que, por favor, se sensibilizassem e comparecessem, porque aquela questão de dar os nomes o tempo já tinha passado, precisavam pegar no pesado, porque a questão estava difícil. Desejou a todos uma boa conferência, boa sorte, e agradeceu, salientando que reconhecia o trabalho extremamente sério da Comissão Organizadora e da Mesa Executiva. O Conselheiro Jair Alves dos Santos comentou que diante da fala do Conselheiro Marcos observou que já estava há muito tempo com aquele problema, cobrando, pois haveria muita dificuldade na entrada das pessoas, e inclusive ficara sabendo que haveria restrição na quantidade de pessoas. Estava se trabalhando com uma conferência popular e não poderia haver restrição para os convidados nem para as pessoas. Disse que havia observado também as tendas que não teriam condições abrangentes para comportar a quantidade de pessoas previstas. Primeiro, porque se falava em 2.000 pessoas pela gestão, mas, pela conferência seriam 3.080 pessoas. Outra preocupação seria os banheiros químicos. "Banheiro químico gente, é para o carnaval, baile, e não para uma Conferência Estadual de Saúde que tem uma amplitude muito grande e não podemos levar isso para o público." Ressaltou que era uma ofensa ao ser humano, não que os sanitários químicos não fossem de uma boa conotação, mas não estavam vivendo um baile de carnaval e sim uma conferência. Declarou que tinha participado de várias reuniões da Comissão de Comunicação e Mobilização, e observava que existiam muitos conselheiros que faziam parte das comissões e não estavam comparecendo. Não poderiam atribuir ações para vários conselheiros desde quando a comissão era grande. Então, não poderiam estar ali lutando a todo o momento um por um ou dois por dois para que se resolvessem as questões. Em relação às visitas, quando se precisava visitar o local do evento só ia um ou dois conselheiros. Os conselheiros precisavam estar presentes para verificarem como estava o andamento da locação do espaço, o que mostrava que tudo aquilo não estava sendo condizente com o número de conselheiros que estavam presentes. "Não devemos deixar a peteca cair, e como usuário e presidente dessa mesa, o Senhor Presidente tem que estabelecer o que pode ser feito dentro dos padrões legais." O Senhor Presidente informou que no dia seguinte seria discutido tudo o que havia sido relatado ali, inclusive algumas questões que tinham sido levadas pelo conselheiro já tinham sido fechadas e acordadas. O Conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas informou que no dia seguinte haveria uma assembleia dos bancários no Ginásio de Esportes, já que estavam em plena campanha salarial e

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

possivelmente iriam aprovar a greve a partir do dia 06 de outubro de 2016, justamente no dia em que começaria a conferência. Infelizmente iria chocar, mas não tinha alternativa, era uma greve nacional que estava sendo agendada, e por isso teriam algumas dificuldades. "Preparem-se, comecem a sacar o dinheiro, porque haverá dificuldades para fazer operações bancárias. Está previsto para a partir do dia seis" O Senhor Presidente informou que dentro da estrutura do SENAI - CIMATEC havia caixas 24 horas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. O Conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas colocou que não haveria problemas com relação a saques em autoatendimentos, porque eles eram reabastecidos por outras empresas terceirizadas. O Senhor Presidente Sugeriu que poderiam até solicitar ao CIMATEC que fizesse um reforço nesses caixas eletrônicos em virtude da greve e da quantidade de pessoas circulando lá. Destacou que a fala do Conselheiro Marcos Antonio tinha sido muito pertinente. Tinham que reconhecer que houve uma falha da gestão de não terem definido o local com a antecedência que era necessária para que realizassem uma grande conferência. Evidentemente que a conferência iria acontecer e iriam garantir que fosse grande e proveitosa. Não poderia esquecer que houve uma falha muito grande, ainda bem que conseguiram corrigir a tempo, mas haveria dificuldades podendo haver também redução do público, o que poderia causar problemas. Alguns conselheiros teriam que pegar o touro pelo chifre para não deixar a situação sair do normal. Colocou ainda que tinha chegado a alguns grupos do whatssapp uma preocupação com o deslocamento do pessoal do interior para a 9ª Conferência Estadual de Saúde. Parabenizou todas as comissões, em especial a Comissão Organizadora e a Comissão de Relatoria, pois sabia o quanto era difícil se fazer aquele trabalho dentro dessas comissões. Perguntou se a Comissão Organizadora tinha o controle de como seria a questão do transporte, porque poderia haver por parte de algumas prefeituras a falta de interesse de enviar os delegados para Salvador. Interesses que variavam por questões financeiras ou questões políticas, então, era importante passar aquele informe. Perguntou ainda se já havia a relação dos palestrantes, pois se houvesse gostaria que a mesma fosse apresentada mais detalhadamente. Comentou também sobre os 66 participantes que estava previsto no Art. 7º do parágrafo 4, da conferência. Tratava-se de 66 participantes, que segundo o documento poderiam se inscrever através do site: saude.ba.gov.br9conferes. Nesse sentido, questionou se aquela inscrição daria àquelas pessoas algum tipo de comprovante referente à inscrição, porque as mesmas seriam validadas no dia 06 e o que se percebia era que muitas pessoas iriam se inscrever além das 66 pessoas, para que não gerasse depois uma confusão no momento da validação. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos colocou que sua preocupação era quanto ao tempo de funcionamento diário da conferência. Tinha participado de diversas conferências e sabia que tinha momento para iniciar, mas não tinha momento de encerrar. Já saiu de conferência à uma hora da manhã, e no CIMATEC só poderia ficar até às dezenove horas, não podendo ultrapassar um minuto. Sugeriu alugar um mini trio elétrico, pois quando as pessoas fossem colocadas para fora terminaria a conferência do lado de fora. Informou que o grupo condutor havia voltado a se reunir pela primeira vez no ano de 2015, mas o COSEMS estava inviabilizando o trabalho desse grupo com a sua ausência, uma vez que algumas ações precisavam do COSEMS para tomar uma decisão, dialogar com os municípios, para que a política de saúde da população encarcerada, seja em delegacia ou presídio pudesse levar essa informação. O Senhor Presidente solicitou que o Conselheiro Silvino formalizasse para a mesa o que estava acontecendo, para que a mesa formalizasse para o COSEMS. Se estava acontecendo isso, o conselheiro tinha que documentar para que a mesa fizesse o questionamento, até porque naquele dia havia tomado posse no CES, o presidente do COSEMS, Raul Molina. O Conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva solicitou apoio, tanto dos conselheiros quanto dos trabalhadores, principalmente os trabalhadores que tinham lideranças e estariam participando da conferência. Esta que tinha um dado muito especial, sendo a primeira no estado da Bahia em que o presidente não era uma representação da gestão, não era o secretário da saúde, mas uma representação dos usuários. Havia um desenho de uma série de problemas que poderiam surgir durante a conferência. Seria preciso estar atento para esse problema, e que os conselheiros e liderança da saúde que estariam presentes nessa conferência não transformasse esses problemas surgidos em algo de conflito entre a coordenação da conferência, comissão organizadora e os participantes, mas, buscar junto a essa comissão organizadora a fórmula da resolução desses problemas. Em vez de investir de forma crítica nas situações que iriam surgir que pudessem ser consideradas problemáticas, que fosse transformado junto com a comissão organizadora em situações de resolução. Era um apelo que estava fazendo, tanto para os conselheiros como para as representações que estariam participando da 9ª CONFERES, pois era um evento aberto e deveriam buscar junto à comissão, a resolução desses problemas. Justificou sua ausência na reunião do dia seguinte, alegando que estaria em viagem participando de um evento, mas no dia 05 pela manhã estaria no CIMATEC contribuindo no que fosse possível, e pensando nisso havia convocado uma reunião da diretoria do SINDSAÚDE para discutir em um dos pontos de pauta a sua participação nessa conferência, pois queria contribuir para que a mesma fosse exitosa. Ressaltou que fazia parte da Comissão de Educação Popular e Cultura, mas quem tocava na maior parte do que estava sendo realizado era a Conselheira Célia. A Conselheira Leonídia Laranjeira Fernandes colocou que havia sido

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

contemplada pelo Conselheiro Fernando, e o que tivesse para resolver a comissão daria conta no dia seguinte. A Conselheira Lílian Fatima Barbosa Marinho declarou que não daria para blindar a gestão. Problemas surgiriam e teriam que enfrentar. Deixava bem claro que a Comissão de Relatoria havia começado a trabalhar no dia 12, mais ou menos 08 dias depois que o conselho havia mudado para o mesmo local, no Edifício Capemi, e somente no dia anterior havia ligado a linha telefônica no Conselho Estadual de Saúde que estava incomunicável. A Assessoria de Comunicação da SESAB colocava na rede social, no facebook, "ligar para o telefone tal" como se o telefone tivesse ligado. Isso era esquizofrenia? Não! Desde a primeira reunião que havia participado como comissão organizadora, dizia: esta é a primeira Conferência Estadual de Saúde presidida por um usuário. Fazia parte do segmento de usuários e isso era um valor inestimável. Porém, não daria para blindar o que havia acontecido nem responsabilizar conselheiros e conselheiras que pudessem insuflar movimentos sociais. Tinha recebido telefonemas em seu celular pessoal de pessoas no interior, que até aquele momento não sabia nada de hotel nem traslado. Seu telefone tocava sem parar! Havia usado para a relatoria seu telefone pessoal, mas quem pagaria essa conta? Ela mesma, pois faria isso ou não se chegava onde estava. "Desculpem, mas penso que o desabafo é aqui mesmo e temos que ter clareza disso. Estaremos lá com o espírito de defender essa conferência, porque apesar de tudo ela irá acontecer. Mas, que a gestão falhou e isso vai cair na nossa conta, não tenho dúvida. E na medida em que cair na conta do Conselho Estadual, devolvo para a gestão." O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos comentou que abriria mão da sua fala, até por entender que dentro de um processo que haveria no dia seguinte na reunião da comissão organizadora estaria levando as iniciativas e as ações que e a gestão estava adotando, no sentido de buscar corroborar com a solução dos problemas que estavam sendo apontados no âmbito da organização da Conferência Estadual de Saúde. Portanto, no dia seguinte estaria dando o desdobramento com mais propriedade, as iniciativas, que inclusive foram encaminhadas pela própria gestão na última reunião da Comissão de Regionalização e que o Conselheiro Marcos havia levado naquele momento para o pleno. Disse que a gestão estava emanada dentro desse processo, não de ser o co-responsável ou responsável por todos os males que viessem a acontecer na conferência, mas como um dos entes que fazia parte do CES, que efetivamente tem participado da construção também da Conferência Estadual de Saúde. No âmbito da comissão organizadora a gestão se manifestaria com relação aos problemas apontados e o que seria da sua responsabilidade. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio colocou que todos os conselheiros deveriam compreender que o CES eram eles. Não existia ali quem era mais CES ou menos CES, era o Conselho Estadual de Saúde, responsáveis em fazer com que a conferência acontecesse. Portanto, não seria muito saudável colocar ali como se tivesse alguém querendo blindar a gestão. Se havia alguém com essa intenção eram as pessoas que trabalhavam na gestão, mas que se pautassem como CES e tivessem consciência de que todos os conselheiros teriam a responsabilidade de fazer acontecer. O espírito que cada um ali teria, tanto naquele momento quanto no dia seguinte na comissão organizadora era que, independente de como as coisas lidavam teriam que fazer a conferência acontecer, garantir que os movimentos se posicionassem como deveriam, mas tinham um papel a cumprir como conselheiros. Solicitou que fosse feito um relato pelo Senhor Presidente referente àquilo que não dependia do conselho, se haveria um processo de licitação no dia seguinte, quais os hotéis que as pessoas ficariam, pois automaticamente como conselheiro não poderia informar sobre os hotéis. O que fosse responsabilidade do conselho os conselheiros teriam que assumir, mas, o que não era responsabilidade dos conselheiros naquela reunião precisaria ficar nítido para todos, pois era sabido que o processo licitatório poderia ter recurso, questionamento, e no dia da conferência, caso houvesse, que fosse colocada a responsabilidade naqueles que deveriam garantir. O Senhor Presidente informou que a reunião da comissão organizadora havia sido alterada para quinta-feira à tarde exatamente para saber quais seriam os hotéis e transporte. Com relação aos municípios, a questão financeira e política estavam sendo acompanhadas. Todas as demandas estavam chegando ao CES via email, e era preferível dessa forma para que ficasse documentado, registrado, e vinha respondendo também via e-mail. Alguns municípios tinham se colocado com relação a isso, pela manhã o secretário de saúde havia te ligado, teria uma reunião no dia 05 com os secretários municipais de saúde, solicitou que o secretário fizesse um esforço, bem como as gestões municipais, em trazer todos os delegados tirados nas conferências municipais. Na reunião que tinha lá havia pedido ao conselheiro Ivonildo, representante da gestão, que tinha uma grande inserção no COSEMS, que fizesse uma ajuda na questão dos cursos, que o COSEMS debruçasse com relação aos gestores para também trazer tanto os trabalhadores quanto os usuários e gestores para que fizessem esse esforço em conjunto com o CES, e o secretário havia se comprometido a fazer isso. Com relação aos 66 convidados livres, disse que na reunião extraordinária em que foi discutido o regulamento havia ficado de ser definida naquele momento, a questão da consulta pública. Foram feitas somente catorze inscrições de consulta que realmente dizia o regulamento e seis que foram encaminhadas e não tinham nada a ver com conferência nem o regulamento. Informou que a consulta pública foi aberta no dia 1º de setembro de 2015 e foram encaminhadas 14 propostas de alteração. Fez a apresentação das sugestões para o Regulamento da 9ª CONFERES. O Conselheiro

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

Marcos Antonio Almeida Sampaio comentou que as pessoas confundiam o que é uma participação livre, as pessoas irem ao espaço e o envolvimento no espaço. Acreditava que o acolhimento dessa proposta estava condicionado à conversa de flexibilização em que o CIMATEC teria que ter uma entrada das pessoas que iriam participar da feira que estava sendo planejada na tenda. Sugeriu não fazer a avaliação dessa proposta naquele momento, mas encaminhar para a comissão organizadora, pois dependeria ainda de um processo de discussão com a estrutura. A Conselheira Déborah Dourado Lopes declarou concordar com o Conselheiro Marcos, porém, queria fazer uma correção: não colocar somente em cima do CIMATEC, porque Marcos havia saído na última reunião no dia anterior antes de acabar e Tiago havia apresentado um número possível dessa população volante, porque ele estava em contato com os movimentos livres. Por mais que conversassem com o CIMATEC e Tiago colocasse novos números e novas possibilidades haveria de se trabalhar com limites, como em todas as conferências em todo o histórico de tempo. Trabalhava com a limitação também de espaço físico. Não estavam dentro do Centro de Convenções, estavam em uma área restrita por natureza, desde quando foi apontada a possibilidade, e nesse sentido havia limites de possibilidades. Portanto, dentro do possível, o maior número do que se tinha de ampliar seria permitido e no dia seguinte a comissão poderia agilizar sem problemas. O Senhor Presidente comunicou que a gestão havia ficado de se reunir com o CIMATEC e levar todos os anseios colocados no dia anterior na reunião. "Temos que aguardar a resposta amanhã." O Conselheiro José Silvino Goncalves dos Santos colocou que a questão do tempo dos trabalhos de grupo era complicada. Toda vez que havia um ajuntamento em trabalho de grupo se percebia que a questão do tempo era definida no momento, de acordo com o que estava posto e a quantidade de pessoas. Entretanto, seria interessante não definir os três minutos, mas deixar para o grupo definir o tempo de fala de cada um. A Conselheira Déborah Dourado Lopes colocou que os grupos teriam moderadores, facilitadores, mas a comissão também poderia apontar no regulamento, uma vez que se tratava de 20 grupos e 110 pessoas. Se não trabalhassem com a possibilidade dos 03 minutos, o tempo indefinido não existia, pois tinha tempo também de fechar as propostas e eram 110 pessoas em cada grupo. "Temos que trabalhar 03 minutos com a possibilidade de reinscrição, mas amanhã podemos fechar e ver se tem consenso na comissão organizadora." Declarou que a sua proposta era contrária ao do Conselheiro Silvino, porquanto o tempo era fundamental e teria que ser delimitado. O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos ressaltou que geralmente nos trabalhos de grupo o próprio grupo se organizava e delimitava o tempo. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio concordava em colocar no regulamento que as propostas poderiam ser modificadas respeitando o conteúdo. "Isso é tranquilo, porque não sabemos qual foi o sentimento das propostas do participante como delegado na conferência municipal. Se fosse de acordo com a nacional não precisaríamos colocar ali, pois automaticamente, aquilo que é proibido já é por si só contrário colocar. Então, é desnecessário colocar que não poderão ser criadas novas propostas, inclusive por concepção. Acredito que o Conselho Nacional falhou muito quando colocou, se tem na nacional a ideia de não ter novas propostas, se caso na conferência existir a possibilidade dentro da realidade que estamos vivendo, a necessidade de se apresentar algum tipo de proposta não nascer, teremos somente uma conferência que servirá para dizer sim ou não às propostas já elaboradas pelas conferências municipais. Aí a Conferência Estadual perde um pouco do sentido real, da deliberação. Então, é desnecessário esse parágrafo único." O Conselheiro Luís Delfino Mota Lopes destacou que estavam colocando algumas questões que revertiam a reunião da comissão organizadora. Eram temas muito internos, consensuais, que o CES havia dado autonomia a um grupo para deliberar em prol de todos e do bom senso. "Passamos autonomia para um grupo que está organizando decidir da melhor forma possível dentro da realidade." A Conselheira Déborah Dourado Lopes enfatizou que seria correto olhar o Regimento da Conferência Nacional, mas, porque estava sempre se remetendo à questão da nacional? As conferências municipais e as conferências estaduais foram realizadas atreladas como etapa na 15ª conferência. Estavam com o mesmo eixo temático, com a mesma metodologia. Era diferente de um gestor assumir no ano seguinte e após esse ano querer fazer uma conferência. Mas essa estava atrelada a um regimento e essa relação parecia ser tranquila para todos. Não poderiam o tempo todo engessar o que estava na nacional. Teriam que entender uma convocação de uma conferência nacional pela Presidência da República dizendo as etapas e colocando que as etapas estaduais e municipais eram etapas para realização da 15ª Conferência. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio declarou acreditar que seria preciso cuidado com algumas questões: o fato de discordar que no Conselho Nacional haviam cometido o erro de não dar possibilidade de nas conferências estaduais fazer novas propostas, não lhe colocava como desconhecedor das etapas das conferências estaduais e municipais, onde inclusive havia conduzido a Conferência Municipal de Salvador. Acreditava que o encaminhamento do Conselheiro Delfino era pertinente. No início havia dito que tinha coisas que dependia da flexibilidade da negociação. Portanto, não seria preciso fazer um debate ali podendo encaminhar por lá. O Conselheiro Lázaro Ribeiro de Souza colocou que a questão da não permissão de mudanças seguia os princípios do que a Conselheira Déborah havia falado e mais um pouco. Se fosse permitido mudanças viraria uma nova conferência. É seguir o princípio de

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550 551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571 572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

preservar, porque a Conferência Estadual iria trazer os produtos dos municípios que estavam discutindo sua realidade local, e já havia sido feitas amarras que fariam propostas à estadual. Se a estadual criasse novidades se desconstruiria tudo o que foi feito nos municípios, os seus esforços, os esforços do Estado, até o que foi discutido no município de Salvador, se esquecia da correlação de forças, virava uma arena de guerra e em dois dias fariam outra conferência que não teria nada a ver com os eixos, que poderiam ser desconstruídos. O Conselheiro Raul Moreira Molina Barrios colocou que estavam sendo repetitivos, concordando com tudo o tempo inteiro. Propôs encaminhar para a comissão, senão estaria dando e retirando a mesma prerrogativa. O Senhor Presidente destacou que o encaminhamento era a comissão organizadora no dia seguinte ter a autonomia de deliberar todas as propostas ali apresentadas. Perguntou se poderia ser dessa forma e todos concordaram. Convidou o Sr. Waldélio Almeida de Oliveira Filho e o Senhor Joubert Ferreira da Silva Neto para que fizessem a apresentação do Plano Plurianual, que foi enviado por e-mail a todos os conselheiros. A Conselheira Isadora Oliveira Maia informou que havia acordado com o local encerrar a reunião às 17 horas e 30 minutos. Pediu desculpas, mas teria que encerrar ali, pois talvez tivesse algum informe. "Paramos no Compromisso 03?" O Sr. Waldélio Almeida de Oliveira Filho declarou que havia detalhado bastante a apresentação para que fosse possível ver os valores. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio salientou que seria imprescindível uma discussão sobre o PPA e não somente a apresentação. "Temos que dar nosso encaminhamento. Não será aqui uma apresentação pura e seca, não poderá correr o risco de terminar no meio da apresentação ou o representante terminar e não podermos nos colocar. Estou aguardando o companheiro terminar a apresentação para poder dar minha ideia de encaminhamento. Se o presidente puder garantir que a casa faça uma tolerância para que façamos a apresentação, podemos dar continuidade à essa dinâmica, porém, se não houver essa garantia já está comprometido, inclusive dizermos que o PPA foi apresentado aqui. O Conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas enfatizou que tinha sido pactuado ali no início que as duas apresentações não seriam discutidas, o que evidentemente não teria validade do conselho. Só a apresentação não diria que o conselho aprovou. Se a gestão quisesse apresentar que a fizesse, mas, não haveria avaliação do conselho. O Conselheiro Raul Moreira Molina Barrios ressaltou que havia sido colocado no início que seria somente apresentação e inclusive haviam feito um encaminhamento, porque era sabido que o tempo estava curto e iriam ficar pela metade. Uma matéria daquelas nunca poderia ter sido nem colocada, então, retornar ao que foi definido? Se foi definido pela apresentação e o tempo estava curto, teria que encerrar e morreu o papo. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio destacou que não poderiam entrar em um processo de discussão do CES, em que se demonizada quem utilizava a questão de ordem, quem precisava estar esclarecido para dar encaminhamento da pauta. Não poderia ocorrer isso no CES. Corroborava com a fala do Conselheiro Raul, mas isso precisaria ficar declarado e registrado por quem tivesse conduzindo a mesa. "Queria ouvir que essa matéria voltará ao CES para que os conselheiros também possam contribuir. Então, fico tranquilo, pois minha preocupação é perdermos o tempo de contribuir com as diretrizes do PPA." O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos comentou que se todos tivessem ficado atentos ao encaminhamento que a própria gestão havia dado, aquela discussão não estaria acontecendo ali. Foi feito um encaminhamento desde o início, inclusive na inclusão de pauta, que seria feita a apresentação que havia sido encaminhada há 10 dias para colher proposições dos conselheiros, e pós conferência se debruçariam, inclusive sobre o Relatório da Conferência Estadual de Saúde, e se fosse o caso, até por encaminhamento para proposição de emendas parlamentares na Assembleia. Aquele tipo de esclarecimento, questão de ordem, se houvesse a preocupação de prestar atenção nos encaminhamentos, não estaria acontecendo naquele momento de forma repetitiva. O Senhor Presidente esclareceu que no momento da inversão de pauta a mesa havia deliberado duas coisas: regionalização só era apresentação e só tinha fala da comissão de regionalização; e a questão do PPA seria somente apresentação, aguardando as propostas da Conferência Estadual de Saúde e nova discussão no pleno do Conselho Estadual de Saúde. A Conselheira Isadora Oliveira Maia reiterou que a responsável pela casa estava ali para fechar. O CES já havia saído uma vez do espaço por conta de ter excedido o horário, então, seria preciso respeitar o espaço. Eram nove propostas a serem apresentadas e ainda estava na terceira. Os expositores teriam que voltar para apresentar, então, ficaria comprometida a apresentação. Na reunião seguinte o PPA teria que voltar, então, pela sua construção solicitava que o pleno fosse coerente e respeitasse quem estava cedendo o espaço. Estava sendo apresentada a proposta 03 com a leitura dos valores que estavam sendo gastos, mas tinham outras coisas importantes que demandariam duas horas de discussão. O Conselheiro Ivonildo Dourado Bastos declarou concordar com o encaminhamento da mesa, salientando que a gestão se dispunha a retornar com o ponto de pauta do PPA, porém, não mais como apresentação, mas como um processo de avaliação e deliberação do CES após todo o processo de escuta dos conselheiros, através do envio que foi dado com prazo definido pela mesa e após a realização da Conferência Estadual de Saúde. O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio declarou que questão de ordem e esclarecimento é um direito do conselheiro solicitar. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a sessão e agendando a próxima reunião

601

602

603

604

605 606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

- Ricardo Luís Dias Mendonça – Presidente do CES - CUT (Central Única dos Trabalhadores)
Segmento de Usuários
-Arão Capinam de Oliveira – Secretário Executivo d
CES
- Ângela Rosa Marques Reis – Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (RNP+BA)
Segmento de Usuários
- Antônio do Lago de Souza - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - Segmento a
Usuários
- Antonio Marcos Almeida Sampaio - Instituto Kutala'Nleeke – Segmento de Usuários
- Célia Maria Alexandria de Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalha
Previdência e Assistência Social do Estado da Bahia (SINDPREV) Segmento de Usuário
Cálic Ciles Descine Associação Martine de Audulant de Unidade Francisco de Circo Martine de Circo de Martine de Circo de Companyo de Carlos de Car
- Célia Silva Pereira – Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Sistema Menta
do Estado da Bahia – Segmento de Usuários
•
Gestor
- Edson Morais de Oliveira - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contendores de Doença Endêmicas e Epidemiológicas do Estado da Bahia (SINDACS) — Segmento d
Trabalhadores
- Eliane Araújo Simões - CRF (Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia) – Segmento a
Trabalhadores
Fernando Antônio Duarte Dantas – Centro de Estudo, Prevenção e Apoio aos Portadores d
LER/DORT – Segmento de Usuários
Gislene Villas Boas Torres da Silva – Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdênce
Social na Bahia (ASAPREV) Segmento de Usuários
- Isadora Oliveira Maia Arte Comunicação Cultura e Acessibilidade de Pessoa com Deficiênce
(ARCCA) – Segmento de Usuários
- Ivonildo Dourado Bastos – SESAB (Secretaria da Saúde do Estado da Bahia) – Segmento d
Gestores
- Jair Alves dos Santos – MORHAN – Núcleo Salvador Movimento de Reintegração das Pessoa
Atingidas Pela Hanseníase
- José Silvino Gonçalves dos Santos - CAPDEVER (Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padr
Ezequiel) – Segmento de Usuários
- Lázaro Ribeiro de Souza – Central Única dos Trabalhadores (CUT) – Segmento d
Usuários
- Leonídia Laranjeira Fernandes – Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estad

702	- Lílian Fátima Barbosa Marinho - Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde - Segmento de
703	Usuários
704	- Lourani Maria Carneiro – Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (NASPEC) – Segmento de
705	Usuários
706	- Luís Delfino Mota Lopes – Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do
707	Estado da Bahia (SINDHOSBA) – Segmento de Prestadores
708	- Maeli Gomes de Oliveira – Universidade Católica do Salvador (UCSAL) – Segmento de
709	Prestadores
710	- Marcos Antonio Almeida Sampaio - Instituto Kutala'Nleeke – Segmento de Usuários
711	- Maria do Carmo Brito de Morais - Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia - SEEB -
712	Segmento de Trabalhadores
713	- Maria Helena Ramos Belos – CNBB – Confederação Nacional de Bispos do Brasil Regional Nordeste
714	3 Bahia e Sergipe – Segmento de Usuários
715	- Paulo Sérgio Pereira Costa – BAHIAFARMA – Segmento de Prestadores
716	- Raul Moreira Molina Barrios - COSEMS - Segmento Gestor
717	- Rosa Beatriz Graça Marinho – Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS – Segmento de
718	Usuários
719	- Sílvio Roberto dos Anjos e Silva — Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia
720	(SINDSAUDE) – Segmento de Trabalhadores
721	Waldir Cerqueira dos Santos – Rede Privada Sindicato dos Trabalhadores em Santas Casas, Entidades
722	Filantrópicas, Beneficentes e Religiosas e em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia
723	- Segmento de Trabalhadores
724	- Walney Magno de Souza - Associação Indígena Tupinambá de Olivença - Segmento de
725	Usuários
726	
727	
728	
729	
730	
731	